

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| DAS DEFINIÇÕES | 3 |
| CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO | 7 |
| CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DEVERES DOS PARTICÍPES | 8 |
| CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL..... | 22 |
| CLÁUSULA QUARTA – DAS SANÇÕES | 24 |
| CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA | 299 |
| CLÁUSULA SEXTA – DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO | 30 |
| CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADOÇÃO DA ARBITRAGEM PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS..... | 31 |
| CLÁUSULA OITAVA - SEGUROS..... | 31 |
| CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 33 |
| CLÁUSULA DÉCIMA– DO ENDEREÇO DE COMUNICAÇÃO | 34 |
| CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO..... | 35 |
| CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO..... | 35 |

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Contrato que entre si fazem a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODIN**, tendo como interveniente o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** e _____, na forma abaixo:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODIN, sociedade de economia mista do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco, 110, 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-001, inscrita no CNPJ sob o nº 30.124.754/0001/14, neste ato representada conforme Estatuto Social por seu Diretor-Presidente, JULIO CESAR JORGE ANDRADE, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade nº XXXXXX, expedida pelo IFP/RJ, CPF XXX.XXX.XXX-XX e por seu Diretor XXXXXXXXXX, doravante CODIN; tendo como interveniente o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Palácio da Guanabara, localizado na Rua Pinheiro Machado, s/nº, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ, com CNPJ nº 42.498.600/0001-71, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Governador Cláudio Bomfim de Castro e Silva, doravante designado **ERJ** ou **INTERVENIENTE**, e de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por seus Diretores _____, nacionalidade, estado civil, profissão, domiciliado (a) _____, com identidade nº _____, expedida pelo _____, doravante denominada “**ADJUDICATÁRIA**” e/ou “**ADMINISTRADORA DA ZPE**” e/ou “**AZPE**”, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº E-12/169/40/2018, na forma da legislação vigente: Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; Decreto Estadual 46.188, de 06 de dezembro de 2017; Decreto Presidencial S/N de 27 de dezembro de 2017 (publicado no DOU em 28/12/2017); Resolução CZPE 02, de 15 de maio de 2009; Resolução CZPE 05, de 1º de setembro de 2009; Lei 11.508, de 20 de julho de 2007, com alterações trazidas pela Lei nº 14.184, de 14 de julho de 2021; Decreto 6.814, de 06 de abril de 2009; Decreto 6.759, de 05 de fevereiro de 2009; Resolução CZPE

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

08, de 28 de junho de 2010; Instrução Normativa RFB 952, de 02 de julho de 2009; e Portaria RFB 3.518, de 30 de setembro de 2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DAS DEFINIÇÕES

Adjudicatária: Proponente vencedora do processo de seleção;

Anexos: Documentos citados neste **Contrato**, incorporados ao final, parte indissociável e nomeado conforme suas denominações;

Anteprojeto: Representação técnica da opção adotada pela Adjudicatária e/ou Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar AZPE a partir de estudo de viabilidade e estudos preliminares, contendo especificações técnicas e memorial descritivo do Projeto da ZPE do Açúcar, incluindo desenhos, especificações, orçamentos físico e físico-financeiros sumários, avaliação de custos de obras, métodos e prazos de execução;

AZPE: Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, Pessoa Jurídica criada com a função específica de implantar e administrar a ZPE e, nessa condição, exclusivamente responsável por prestar serviços às empresas que ali se instalem e auxiliar as autoridades aduaneiras, nos termos da Resolução CZPE nº 5, de 1º de setembro de 2009 e suas posteriores alterações;

CODIN: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, entidade integrante da Administração Pública Indireta do Estado, Sociedade de Economia Mista criada pela Lei nº 5.969, de 28 de novembro de 1967 e alteração posterior pela Lei nº 9.273/2021, e delegatária do presente procedimento de seleção, nos termos do Decreto Estadual nº 46.252 de 26 de fevereiro de 2018;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Coligadas: Sociedades submetidas à influência significativa de outra sociedade. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;

Consórcio: É o grupo de licitantes, solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes do Edital de Seleção e vinculados por Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio;

Controlada: Sociedade na qual a Controladora, diretamente ou por meio de outras Controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria de votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade controlada, e usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da mesma sociedade controlada;

Controladora: Pessoa física ou jurídica que:

- i. é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral ou reunião de sócios e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade controlada; e
- i. usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade controlada;

Controle da AZPE: detém a titularidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações representativas do capital social votante da AZPE;

Contrato: O presente instrumento celebrado entre a CODIN, tendo como interveniente o ERJ, e a Adjudicatária, posteriormente cedido a AZPE, sociedade de propósitos específicos a ser constituída pela mesma Adjudicatária, tendo por objeto estabelecer

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

diretrizes para formalização da execução do processo de administração da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, incluída a implantação, manutenção e exploração e das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento;

Correção monetária: o Valor de Outorga será corrigido, desde sua parcela inicial, pelo IPCA ou por índice oficial que vier a substituí-lo, com termo inicial de contagem na data de assinatura do contrato, até a data do efetivo pagamento da respectiva parcela;

CZPE: Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, sendo a principal instância decisória da Política Nacional das ZPEs;

Documentos de Habilitação: Conjunto de documentos arrolados no Edital de Seleção, apresentados obrigatoriamente pelas Participantes e membros do Consórcio, conforme o caso, destinado a comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, habilitação técnica e econômico-financeira, e que deverão ser mantidos durante toda a vigência do presente **Contrato**;

Edital: Instrumento de seleção da empresa ou Consórcio que irá constituir Pessoa Jurídica para exercer, em regime de exclusividade, a Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, incluída a implantação, manutenção e exploração das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento;

Estado: Estado do Rio de Janeiro, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno;

Garantia Contratual: Garantia a ser constituída para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Adjudicatária/AZPE, a ser executada pela CODIN, nas hipóteses previstas neste instrumento contratual;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Imóvel: área destinada à implantação da ZPE do Açú, de propriedade da CODIN, onde será instalada a Adjudicatária e/ou AZPE, composta por 14 (quatorze) lotes;

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

Valor Mínimo de Outorga (VMO): as propostas não poderão apresentar Valor de Outorga inferior ao importe de \$ 52.145.842,15 (cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos);

Proposta de Valor de Outorga: valor ofertado pela proponente em sua proposta inicial ou aquele constante do último lance, que passa a substituir integralmente o valor constante da proposta inicial;

Valor de Outorga: será o definido na proposta vencedora, desde que igual ou superior ao **Valor Mínimo de Outorga (VMO)**. Serão desclassificadas de imediato as propostas que contenham Valores de Outorga inferiores ao Valor Mínimo de Outorga (VMO), ficando impedidas as proponentes de tais valores inferiores de emendar ou ressaltar propostas;

Pagamento do Valor de Outorga: será executado por meio de **Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO)** no importe de R\$ 10 milhões, mais o **Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO)**, por meio de 20 parcelas anuais, com valores resultantes da divisão da diferença entre o **PIVO** e o **Valor de Outorga** pelo número de parcelas;

Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO): será realizado pela Adjudicatária (contratada para constituir a AZPE e realizar os demais atos decorrentes) no prazo máximo de 10 dias contados da data de assinatura do Contrato, no importe de R\$ 10 milhões de reais;

Correção monetária do Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO): será corrigido, desde sua parcela inicial, pela aplicação do IPCA ou por índice oficial que vier a substituí-lo, com termo inicial de contagem na data de assinatura do contrato, até a data do efetivo pagamento da respectiva parcela, a resultar, portanto, na correção do Valor de Outorga;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Majoração do Valor de Outorga: o Valor de Outorga será majorado pela aplicação do **Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO)** sobre as respectivas parcelas do **Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO)**, caso tal **Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO)** resulte em valor maior que aquele referente em cada parcela respectiva, sem que implique em desconto, compensação ou redução da quantidade ou valor das parcelas subsequentes do Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO) a que eventualmente não seja aplicável o Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO);

Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO): corresponde ao resultado do cálculo de 4,35 (quatro vírgula trinta e cinco por cento) sobre a Receita Operacional Líquida da AZPE no exercício imediatamente anterior à data do pagamento de cada respectiva parcela, e implicará em majoração, se aplicável em uma ou mais parcelas, no Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO) e, portanto, no Valor de Outorga;

Seguros: os necessários para garantir e assegurar o pleno cumprimento do contrato, seja pela contratação do seguro de *performance bond* quanto o de responsabilidade civil por danos causados a terceiros (RC de obras), para o reembolso de indenizações por danos morais e/ou estéticos, lucros cessantes (responsabilidade civil cruzada), bem como os demais previstos na legislação em vigor;

ZPE: Zona de Processamento de Exportação, área de livre comércio com o exterior, considerada Zona Primária para efeito de controle aduaneiro, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, inclusive com tratamentos tributário, cambial e administrativo específicos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **Contrato** tem por objeto estabelecer diretrizes para a formalização da execução do processo de Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, que consiste na construção, reforma, ampliação, implantação, manutenção, melhoria da área da

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

ZPE do Açú, bem como, administração, operação, exploração e desenvolvimento da própria ZPE do Açú, por meio das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento de acordo com o projeto executivo, cronograma físico-financeiro e com todas as leis vigentes e aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DEVERES DOS PARTICIPES

I. Compete à CODIN:

- 1) Assegurar o cumprimento das obrigações contratuais;
- 2) Acompanhar as Ações de Desapropriação referente aos Lotes que compõe o Imóvel destinado à ZPE;
- 3) Regularizar situação fundiária dos Lotes destinados à ZPE;
- 4) Fazer interlocução com o **CZPE**;
- 5) Acompanhar e apoiar a **ADJUDICATÁRIA** nas ações institucionais junto a órgãos competentes;
- 6) Comunicar à **ADJUDICATÁRIA**, imediatamente, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa resultar em responsabilidade ou impacto nas atividades da **ADJUDICATÁRIA** ou da **ZPE** do Açú, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo, ficando facultado à **ADJUDICATÁRIA** valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros;
- 7) Colaborar institucionalmente com eventuais entidades financiadoras da **ADJUDICATÁRIA**, prestando informações e esclarecimentos, para contribuir

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

com a viabilidade de financiamentos a permitirem a integral e adequada instalação da **ZPE** do Açú;

- 8) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do Projeto oriundo da relação ora firmada;
- 9) Observar para que, durante a vigência do Projeto, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela **AZPE** do Açú, e mantidas todas as condições exigidas para habilitação;
- 10) Dar consentimento formal para a **AZPE** do Açú quando alguma empresa se interessar em se instalar na **ZPE**, em conformidade com o interesse público e cumprida as condições para sua instalação;
- 11) Apoiar a **AZPE** do Açú e as empresas que vierem a se instalar na **ZPE** na implantação junto às concessionárias e órgãos públicos;
- 12) Apoiar na divulgação da **ZPE** junto ao mercado nacional e internacional;
- 13) Diligenciar junto a qualquer Autoridade Governamental, em conjunto com a **INTERVENIENTE**, com vistas a enfatizar o caráter prioritário da implementação do Projeto para o **ERJ**, empregando todos os esforços, sempre de acordo com a legislação vigente, no auxílio da tramitação dos processos administrativos necessários para a implantação da **ZPE**;
- 14) Transmitir a posse direta do imóvel à ADJUDICATÁRIA para a formalização da execução do processo de administração da Zona de Processamento de Exportação do Açú, que consiste na construção, reforma, ampliação, implantação,

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

manutenção, melhoria da área da ZPE do Açú, bem como, administração, operação, exploração e desenvolvimento da própria ZPE do Açú;

II. Compete à ADJUDICATÁRIA ou à AZPE:

- 1) Promover o desenvolvimento das atividades destinadas à implantação e administração da ZPE; projetos de infraestrutura e execução das atribuições e responsabilidades direcionadas à atração e negociação de condições para a instalação e funcionamento de indústrias na área da ZPE do Açú, em consonância com o disposto na Resolução CZPE nº 5, de 1º de setembro de 2009;
- 2) Utilizar o **Imóvel**, construir e colocar em operação a ZPE, executando os investimentos e serviços de sua responsabilidade, de acordo com o projeto, cronograma físico-financeiro e com todas as leis vigentes e aplicáveis;
- 3) A partir da assinatura do instrumento de Termo de Cessão de Posse, a ADJUDICATÁRIA fica imitada na posse do imóvel, o qual se encontra livre e desimpedido de pessoas e coisas, por bem desta e da cláusula *constituti*, cabendo-lhe os benefícios e as responsabilidades decorrentes desta transferência, inclusive as relativas a pagamento de tributos, contribuições parafiscais e preços públicos vinculados ao imóvel;
- 4) Implementar a 1ª Etapa do Projeto, no **Imóvel**, assim entendido como a implantação de infraestrutura para o início da operação em até 720 (setecentos e vinte) dias, de acordo com o cronograma físico-financeiro disposto no item 5.3 do Termo de Referência.
- 5) Demonstrar, quando da assinatura do presente CONTRATO, a disponibilidade dos recursos, próprios ou obtidos por meio de financiamento, necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusivamente toda a responsabilidade e riscos perante o órgão financiador.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- 6) Providenciar junto às repartições competentes, todas as Licenças necessárias à execução deste CONTRATO;
- 7) Prestar Garantia Contratual no valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato, em consonância com o artigo 70, §2º, §3º e §4º da Lei nº 13.303/2016, com vistas a assegurar o adequado, integral e fiel cumprimento das obrigações assumidas:
- a) Caução em dinheiro;
 - b) Seguro-garantia; ou,
 - c) Fiança bancária.
- 8) A **Garantia Contratual** poderá ser utilizada:
- a) Nas hipóteses em que a **ADJUDICATÁRIA** não realizar as obrigações previstas neste **Contrato**;
 - b) Nas hipóteses em que a **ADJUDICATÁRIA** não realizar o pagamento adequado das multas que lhe forem aplicadas em decorrência do descumprimento deste instrumento contratual;
 - c) Nas hipóteses em que a **ADJUDICATÁRIA** não efetuar, no prazo devido, o pagamento de quaisquer indenizações ou obrigações pecuniárias devidas à **CODIN, decorrentes do contrato**;
 - d) Manter a integralidade da **Garantia Contratual** durante toda a vigência do **Contrato**, obrigando-se, ainda, independentemente de notificação, a:
 - (i) Renovar o prazo de validade das modalidades que se vencerem durante a vigência e do **Contrato**, informando à **CODIN** da referida renovação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu termo final; (ii) Reajustar a **Garantia Contratual**, anualmente, pelo Índice

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Geral de Preços-Mercado, calculado e divulgado mensalmente pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, complementando o valor resultante sobre o montante inicial ou, em caso de reajustes subsequentes, sobre o valor previamente ajustado;

- e) Repor os valores utilizados para cobertura de qualquer evento abarcado pela **Garantia Contratual** em até 30 (trinta) dias a partir da sua utilização, independentemente de qualquer disputa;
- f) Responder pela diferença de valores, na hipótese de a **Garantia Contratual** não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, podendo a referida cobrança se dar por todos os meios legais admitidos; e,
- g) Submeter à prévia aprovação da **CODIN** eventual modificação do seguro-garantia ou fiança bancária, bem como eventual substituição da modalidade da **Garantia Contratual**.
- h) A caução em dinheiro deverá ser prestada mediante depósito em conta a ser designada pela **CODIN**.
- i) Será de exclusiva responsabilidade da **ADJUDICATÁRIA** a manutenção, de forma ininterrupta, do seguro-garantia ou fiança bancária durante toda a vigência do **Contrato**, devendo promover as renovações e atualizações necessárias para tal;
- j) Caso seja feita fiança bancária, esta deverá (i) nomear a **CODIN** como beneficiária, (ii) ser assinada pelos administradores da instituição

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

financeira fiadora, (iii) prever a renúncia ao benefício de ordem, (iv) ser apresentada em sua forma original, e (v) ter seu valor expresso em Reais;

- 9) O valor referente ao Valor de Outorga será pago da seguinte forma: Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO) de R\$ 10 milhões de reais, no prazo de dez dias a contar da assinatura do contrato, acrescido do Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO), por meio de 20 parcelas anuais, com valores resultantes da divisão da diferença entre o PIVO e o Valor de Outorga pelo número de parcelas, por meio de depósito na conta corrente nº 85-0, agência 6898-5, do Banco Bradesco (237).
- 10) Da mesma forma, deverá ser depositado na conta corrente nº 85-0, agência 6898-5, do Banco Bradesco (237) o Valor de Outorga majorado pela aplicação do **Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO)** sobre as respectivas parcelas do **Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO)**, caso tal Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO) resulte em valor maior que aquele referente em cada parcela respectiva, sem que implique em desconto, compensação ou redução da quantidade ou valor das parcelas subsequentes do PCVO a que eventualmente não seja aplicável o FVVO.
- 11) Sem prejuízo das demais sanções cabíveis pelo descumprimento das obrigações assumidas no presente contrato e no instrumento convocatório editalício, caso a **ADJUDICATÁRIA** e/ou a AZPE não pague o **Valor de Outorga** na data de vencimento descritos nos subitens 9 e 10 desta Cláusula, incorrerá em cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) a.m., *pro rata* incidente sobre o valor da parcela devida em atraso, atualizada pela variação anual da UFIR-RJ, acrescida de multa contratual de 10% (dez por cento), aplicáveis até o recebimento integral do valor devido;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- 11) Firmado o **Contrato**, a **AZPE** deverá ser constituída em 90 (noventa) dias, com a integralização do capital e transferência, à **AZPE**, dos direitos e obrigações inerentes ao **Contrato**, bem como à implantação e administração da **ZPE**, devendo esta permanecer como Coligada ou Controlada pela **ADJUDICATÁRIA** no curso da atividade empresarial a ser desenvolvida, salvo nas hipóteses previstas no Edital de Seleção Pública nº 001/2022;
- 12) O prazo estipulado no item acima somente poderá ser prorrogado se apresentado requerimento tempestivo e devidamente justificado, a ser submetido ao CZPE nos termos do Parágrafo Único do art. 8º do Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009;
- 13) Qualquer pedido por parte da Adjudicatária para prorrogação de prazos deverá ser encaminhado previamente à CODIN para conhecimento, que poderá acrescentar à motivação que vier a ser apresentada pela Adjudicatária outros argumentos que entender cabíveis, a seu exclusivo critério, para subsidiar o exercício da competência do CZPE prevista no Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009;
- 14) A **AZPE** deverá apresentar à **CODIN** declaração contendo o valor do seu capital social bem como sua composição acionária, devendo integralizar o capital social, em valores a serem corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, no importe de 10% do valor do contrato, tanto no primeiro ano quanto no segundo ano;
- 15) A Adjudicatária e, posteriormente a **AZPE**, se obriga a apresentar Plano de Negócios com metas físicas e comerciais, demonstrativos de resultados, indicadores de viabilidade e matriz de risco do Projeto de implantação da Zona de Processamento de Exportação, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do **Contrato**;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- 16) Assinado o **Contrato**, apresentar à **CODIN** e à Receita Federal, conforme prazos da legislação da **ZPE**, Anteprojeto e cronograma de realização de investimentos, incluindo prazos para início de operação da **ZPE** do Açú;
- 17) Em caso de alteração posterior do Anteprojeto, a **ADJUDICATÁRIA** e/ou a **AZPE** deverá encaminhá-lo a **CODIN**;
- 18) Eventual não objeção ao Anteprojeto não supre o atendimento à legislação vigente, nem a exigências de outras entidades da administração pública tendo em vista a observância dos requisitos de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento, nem tampouco da observância de condicionamentos impostos pelos competentes órgãos, não excluindo, ainda, a responsabilização exclusiva da **ADJUDICATÁRIA** ou da **AZPE** nas esferas civil, penal, administrativa e técnica, decorrentes da implantação da **ZPE** do Açú;
- 19) Outros efeitos derivados da implantação do Anteprojeto em relação ao qual não houve objeção, como, por exemplo, os relacionados a estimativas incorretas, falhas de projeto, despesas e obrigações adicionais para atendimento dos investimentos obrigatórios, bem como quaisquer outros riscos, deveres ou obrigações da **ADJUDICATÁRIA** e/ou **AZPE**, são de sua inteira responsabilidade;
- 20) Manter inalterado o objeto da **AZPE**, estabelecido em seu estatuto social;
- 21) Apresentar à **CODIN**, anualmente, até o dia 1º de junho do exercício subsequente: os demonstrativos contábeis, em sua forma completa, ou seja, Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Valor Adicionado (DVA), se houver, com as respectivas notas explicativas e os Relatórios da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e de

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Administração, os Pareceres dos Auditores Independentes, bem como o Balancete de encerramento do exercício com os ajustes realizados e respectivos saldos;

22) A partir da assinatura deste **Contrato**, a AZPE deverá repassar à CODIN:

22.1) No prazo de 10 (dez) dias, o Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO), no importe de R\$ 10 milhões de reais, em consonância com o disposto na Cláusula Segunda deste instrumento contratual, item 9;

22.2) O valor referente ao Valor de Outorga será pago da seguinte forma: pagamento inicial de R\$ 10 milhões de reais, no prazo de dez dias a contar da assinatura do contrato, acrescido do Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO), por meio de 20 parcelas anuais, com valores resultantes da divisão da diferença entre o Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO) e o Valor de Outorga pelo número de parcelas;

22.3) O Valor Mínimo de Outorga (VMO) é de R\$ 52.145.842,15 (cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos);

23) Observar padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas;

24) Implementar Programa de Integridade e *Compliance*, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da celebração deste **Contrato**, nos termos da Lei Estadual nº 7.753, de 17 de outubro de 2017, devendo inscrever-se no Programa Pro-Ética ou o que vier a substituí-lo, da Controladoria-Geral da União, podendo ser substituído por certificação do Sistema de Gestão Antissuborno da AZPE, pela norma ISO 37.001;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- 25) Contratar e remunerar empresa especializada de auditoria independente de grande porte de renome nacional e internacional para realização de auditorias anuais das demonstrações contábeis da **ADJUDICATÁRIA** ou da **AZPE**;
- 26) Encaminhar à **CODIN** as demonstrações contábeis e os Pareceres dos Auditores Independentes, quando solicitados, a título de Prestação de Contas;
- 27) Cumprir as atribuições e responsabilidades típicas de empresas administradoras de **ZPE**, estabelecidas na legislação de regência;
- 28) Manter articulação com os diversos órgãos públicos na esfera federal, estadual e municipal, em especial com a Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (SE/CZPE);
- 29) Executar e cuidar da manutenção das obras de implantação da **ZPE** do Açú;
- 30) Elaborar, tramitar e aprovar perante os órgãos públicos pertinentes projeto urbanístico e ambiental relativo às obras de infraestrutura exigidas para a implantação da **ZPE** do Açú, em conformidade com a legislação vigente;
- 31) Prover as instalações e os equipamentos necessários para a realização das atividades de fiscalização, vigilância e controle aduaneiros (e demais determinações da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, especialmente a Instrução Normativa RFB nº 952, de 02/07/2009) e as de interesse da segurança nacional, fitossanitárias e ambientais;
- 32) Submeter projeto referente às determinações da Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre:

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- a) Fechamento da área;
 - b) Sistema de vigilância e segurança a ser adotado na área a ser alfandegada;
 - c) Instalação e equipamentos adequados ao controle e administração aduaneiros;
 - d) Vias de acesso à **ZPE**; e,
 - e) Fluxo de mercadorias, veículos e pessoas;
- 33) Manifestar-se à **CZPE** acerca dos empreendimentos que pleitearem instalação na **ZPE** do Açú conforme legislação vigente, art. 2º, §5º e art. 3º, II, da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com alteração trazida pela Lei 14.184/2021;
- 34) Supervisionar as atividades das empresas instaladas na **ZPE** do Açú, de forma a garantir o cumprimento das normas legais aplicáveis e vigentes nas esferas federal, estadual e municipal, em atenção às medidas de conservação de energia e aos requisitos ambientais;
- 35) Prestar às empresas instaladas na **ZPE** do Açú, titulares de projeto aprovado pelo **CZPE**, os serviços necessários para garantir a sua operação, em consonância com a legislação brasileira e com os padrões internacionais de competitividade;
- 36) Supervisionar e garantir a qualidade dos serviços de infraestrutura da **ZPE** do Açú;
- 37) Manter a limpeza das áreas comuns da **ZPE** do Açú;
- 38) Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens necessários à prestação dos serviços e da atividade da **ZPE** do Açú;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- 39) Cumprir determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, concernente aos seus empregados e terceirizados;
- 40) Observar as normas relativas à preservação do meio ambiente, instruindo as empresas instaladas na **ZPE** do Açú a fazerem o mesmo;
- 41) Atuar como depositária das mercadorias que receber sob controle aduaneiro, até a entrega definitiva à empresa instalada na **ZPE** do Açú;
- 42) Cumprir e fazer cumprir integralmente o **Contrato**, bem como o Regulamento Interno do **DISJB**, e as alterações a estes que se façam a qualquer tempo;
- 43) Atuar em conjunto com o setor privado, agências governamentais, instituições de fomento e crédito, e associações de classe para a promoção das oportunidades econômicas da **ZPE** do Açú;
- 44) Realizar estudos, projetos e promover atos de gestão necessários à implantação e desenvolvimento da **ZPE** do Açú;
- 45) Desenvolver os estudos, projetos, pesquisas e eventos necessários à promoção da **ZPE** do Açú, tanto no país como no exterior;
- 46) Assegurar a adequada implantação e manutenção das atividades a serem desenvolvidas, valendo-se de todos os meios e recursos à sua disposição, incluindo, mas não se limitando, a todos os investimentos em futuras expansões, necessários para a manutenção dos níveis de serviço prestados às empresas instaladas na **ZPE** do Açú;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- 47) Executar serviços e programas de gestão, bem como fornecer treinamento a seus empregados, com vistas à melhoria dos serviços executados;
- 48) Executar todos os serviços, controles e atividades relativos a este **Contrato**, com zelo e diligência, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas;
- 49) Dispor de todos os materiais, equipamentos, acessórios e recursos humanos necessários à perfeita operação da **ZPE** do Açú;
- 50) Criar *site* onde serão informados, para fins de livre acesso e consulta pública em geral, as características físicas, institucionais e operacionais da **AZPE** e da **ZPE** do Açú, as empresas instaladas e em instalação, eventuais prestadores de serviços operacionais credenciados, tabelas vigentes com os valores das tarifas cobradas, notícias relevantes, e quaisquer outras informações que se fizerem necessárias ou úteis à divulgação e transparência da atividade econômica desenvolvida;
- 51) Arcar com todas as despesas incidentes sobre o **Imóvel**, bem como sobre as atividades assumidas e necessárias para a manutenção da **ZPE** do Açú;
- 52) Arcar exclusivamente com os riscos relativos a (i) aumento de preço de insumos para execução das obras; (ii) investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes de elevação de custos operacionais, de compras ou manutenção de equipamentos; (iii) investimentos, custos ou despesas adicionais necessários para atender o Cronograma físico-financeiro ou demais obrigações assumidas; (iv) estimativas incorretas do custo dos investimentos a serem realizados; e (v) estimativas incorretas do Cronograma Físico-financeiro, de modo que eventuais descumprimentos ou não atendimentos do Plano de Negócios não se configurará como hipótese de desequilíbrio contratual;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- 53) Exercer outras atividades necessárias ao cumprimento da Gestão da **ZPE** do Açú descritas neste instrumento de contrato e no edital de convocação de licitação;
- 54) Apresentar à **CODIN** documento de aceitação da **CZPE** quanto ao pleito de instalação de empreendimento na **ZPE** do Açú conforme legislação vigente, art. 2º, §5º e art. 3º, II, da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com alteração trazida pela Lei 14.184/2021;
- 55) A futura **AZPE** deverá fazer uso de *software* (controle informatizado), com os requisitos especificados na Instrução Normativa RFB nº 952, de 02 de julho de 2009 ou qualquer outro Regulamento editado pela Receita Federal que o suceder;
- 56) Atender às exigências, recomendações ou observações feitas pela **CODIN**, conforme prazos fixados em cada caso;
- 57) Dar conhecimento à **CODIN** das condições de financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto da Seleção Pública, nos prazos estabelecidos pela **CODIN**;
- 58) Dar conhecimento à **CODIN** das alterações das condições dos financiamentos, assim como da contratação de qualquer novo financiamento;
- 59) Obedecer às normas e determinações da Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, do Instituto Estadual do Ambiente – INEA ou da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura, onde se situa o Distrito Industrial, quando houver convênio deste com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como toda a legislação vigente;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

60) Observar, ainda, as prescrições legais sobre o uso do solo, e, em especial, o Regulamento Interno dos Distritos Industriais e suas posteriores alterações, de qualquer gênero, que desde já a **ADJUDICATÁRIA** declara conhecer e aceitar;

61) A **ADJUDICATÁRIA** deverá manter, no que for aplicável, durante toda a execução do **Contrato**, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **SELEÇÃO**;

62) Garantir equidade de condições comerciais para as empresas que venham a se interessar por se implantar na ZPE do Açú que, eventualmente, concorram com partes relacionadas da Administradora da ZPE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A **ADJUDICATÁRIA** deverá, conforme estabelecido na Cláusula Segunda, II, “7”, prestar Garantia de Execução do objeto do presente **Contrato**, definida a seu critério, em uma das seguintes modalidades:

- 1) Caução em Dinheiro;
- 2) Seguro-Garantia; ou
- 3) Fiança Bancária.

Parágrafo Primeiro: A Garantia de que trata esta Cláusula deverá ser constituída no valor no valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato, em consonância com o artigo 70, §2º, §3º e §4º da Lei nº 13.303/2016, com vistas a assegurar o adequado, integral e fiel cumprimento das obrigações assumidas, independente da forma adotada, descrita nesta Cláusula Terceira do presente Contrato, a ter como beneficiária a **CODIN**.

Parágrafo Segundo: A **ADJUDICATÁRIA** deverá manter a integridade da Garantia da Execução durante toda a vigência do **Contrato**, obedecido ao valor definido acima,

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

obrigando-se a, independentemente de prévia notificação para constituição em mora, a renovar o prazo de validade das modalidades que vencerem, comprovando a sua renovação à **CODIN** em até 30 (trinta) dias antes do seu termo final.

Parágrafo Terceiro: A **ADJUDICATÁRIA** deverá repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento abrangidas pela Garantia de Execução no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da efetiva utilização, independente de disputa ou discussão, judicial ou administrativa, de dolo ou culpa.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de a Garantia Contratual não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, a **ADJUDICATÁRIA** deverá responder pela diferença de valores, podendo ser cobrada por todos os meios legais admitidos.

Parágrafo Quinto: A caução em dinheiro deverá ser prestada mediante depósito em conta a ser designada pela **CODIN**.

Parágrafo Sexto: As apólices de Seguro-Garantia e as Cartas de Fiança deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano, sendo de inteira responsabilidade da **ADJUDICATÁRIA** mantê-la em vigor, de forma ininterrupta, durante toda a duração do **Contrato**, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

Parágrafo Sétimo: Caso se opte pela contratação de Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada em sua forma original, ter seu valor expresso em Reais, ter a **CODIN** como beneficiária, ser devidamente assinada pelos administradores da instituição financeira fiadora, e prever renúncia ao benefício de ordem.

Parágrafo Oitavo: A Contratação de Seguro-Garantia deverá ser feita com seguradora e resseguradora autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou com

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

seguradoras e resseguradoras de primeira linha, devendo esta última característica ser observada também para a instituição financeira, caso opte-se pela contratação de Fiança Bancária.

Parágrafo Nono: A Garantia Contratual poderá ser utilizada nos casos em que a **ADJUDICATÁRIA** não realizar as obrigações previstas no cronograma físico-financeiro, não proceder ao pagamento dos valores devidos, não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas ou não proceder, no prazo devido, ao pagamento de outras indenizações ou obrigações pecuniárias à **CODIN** em decorrência do **Edital** ou **Contrato**, cabendo à **CODIN** adotar as medidas necessárias para a execução da Garantia, sem prejuízo de outras medidas previstas no presente.

Parágrafo Décimo: A Garantia Contratual será retida e executada em caso de Rescisão do presente **Contrato**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS SANÇÕES

Caberá à **CODIN**, sempre que verificada hipóteses de infração ou descumprimento das cláusulas contidas no presente **Contrato**, no **Edital** ou seus **Anexos**, instaurar procedimento para aplicação das seguintes sanções:

- a) Notificação;
- b) Multa; e/ou
- c) Rescisão.

Parágrafo Primeiro: Todas as sanções serão aplicadas mediante procedimento fundamentado, assegurado a **ADJUDICATÁRIA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Parágrafo Segundo: As Notificações serão aplicadas, servindo como advertência, em caso de infração ou descumprimento de obrigações de baixa lesividade à conclusão do Projeto ou às atividades da **ZPE**, devendo a **ADJUDICATÁRIA** adotar as medidas necessárias para a correção da falta no prazo convencionado.

Parágrafo Terceiro: A título de exemplo, considera-se obrigação de baixo impacto à conclusão do Projeto ou à adequada execução das atividades da **ZPE**:

- a) A criação de *site* com as informações acerca das características físicas, institucionais e operacionais da **AZPE** e da **ZPE** do Açu, as empresas instaladas e em instalação, eventuais prestadores de serviços operacionais credenciados, tabelas vigentes com os valores das tarifas cobradas, notícias relevantes, e quaisquer outras informações que se fizerem necessárias ou úteis à divulgação e transparência da atividade econômica desenvolvida;
- b) O pagamento do condomínio à Associação responsável pela manutenção do **DISJB**, sem prejuízo das penalidades cabíveis no Estatuto do Distrito Industrial de São João da Barra; e,
- c) Dar conhecimento à **CODIN** das condições de financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto da Seleção Pública.

Parágrafo Quarto: Nos casos de reincidência em infração ou descumprimento de obrigações de baixa lesividade, assim entendido como falta relacionada ao mesmo item do **Contrato, Edital, Anexos**, ou Legislação regulamentar, no período de 1 (um) ano contado da ocorrência do último evento apurado, fica facultado à **CODIN** a cominação da advertência com a aplicação de Multa, nos termos desta Cláusula.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Parágrafo Quinto: A **CODIN** poderá aplicar Multas, nas hipóteses de infração ou descumprimento de obrigações de médio impacto, que coloquem em risco a conclusão do Projeto ou a adequada execução das atividades da **ZPE**, não se imiscuindo a **ADJUDICATÁRIA** de reparar a falta no prazo convencionado.

Parágrafo Sexto: As hipóteses de que trata o parágrafo anterior incluem, mas não se limitam à inobservância das seguintes obrigações:

- a) Implementar Programa de Integridade e *Compliance* nos prazos determinados e observar padrões de governança corporativa;
- b) Prestar às empresas instaladas na **ZPE**, titulares de projeto aprovado pelo **CZPE**, os serviços necessários para garantir a sua operação, em consonância com a legislação brasileira, inclusive atuando como depositária das mercadorias que receber sob controle aduaneiro;
- c) Dispor de todos os materiais, equipamentos, acessórios e recursos humanos necessários à adequada operação da **ZPE**, bem como cumprir com as determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, concernente aos seus empregados e terceirizados;
- d) Atender às normas relativas à preservação do meio ambiente;
- e) Apresentar à **CODIN** documento de aceitação da **CZPE** quanto ao pleito de instalação de projetos industriais; e,
- f) Implementar controle informatizado com os requisitos especificados na Instrução Normativa RFB nº 952/2009 ou qualquer outro Regulamento editado pela Receita Federal.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

g) Falta de apresentação da Prestação de Contas, nos prazos estabelecidos;

Parágrafo Sétimo: A Multa aplicada terá sua gradação avaliada em decorrência da gravidade da falta, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento) da oferta mínima do **Valor Mínimo de Outorga (VMO)**, no importe de R\$ 52.145.842,15 (cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a.m., *pro rata*, até o cumprimento total da obrigação.

Parágrafo Oitavo: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Nono: Este **Contrato** poderá ser rescindido, de pleno direito, pela superveniência de norma legal ou evento que o torne materialmente ou formalmente inexecutível, ou por inexecução total ou parcial das cláusulas e condições cujo impacto seja de alto potencial ofensivo, que causem potencial ou efetivo impacto grave negativo na implantação do Projeto ou na prestação adequada do serviço, destacando-se a reiteração ou o prolongamento das seguintes situações:

- a) A não liquidação do Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO) no importe de R\$ 10 milhões de reais, no prazo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, conforme descrito na Cláusula Segunda, item II - **Compete à ADJUDICATÁRIA ou à AZPE**, no subitem 22 e subitens;
- b) A não apresentação de Plano de Negócios com metas físicas e comerciais, demonstrativo de resultados, indicadores de viabilidade e matriz de risco do Projeto, bem como Anteprojeto, na forma e prazos estabelecidos;
- c) A não constituição da **AZPE**, na forma e nos prazos estabelecidos;
- d) A alteração do objeto social da **AZPE** sem o prévio consentimento da **CODIN**;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- e) A utilização do **Imóvel** para fins diversos do estabelecido no presente **Contrato**;
- f) A cessão parcial ou total do presente **Contrato** a qualquer terceiro sem prévia e expressa anuência da **CODIN**;
- g) O descumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico-financeiro e nas leis vigentes aplicadas para conclusão da 1ª Etapa do Projeto;
- h) A não manutenção da integridade da Garantia Contratual, conforme previsto neste **Contrato**;
- i) Constatação de irregularidades de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;
- j) O não cumprimento das sanções impostas por infrações, nos devidos prazos;
- k) A não manutenção, no que for aplicável, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **Seleção**, durante toda a vigência do **Contrato**; e,
- l) Falência ou extinção da **ADJUDICATÁRIA** ou da **AZPE**;
- m) Garantir equidade de condições comerciais para as empresas que venham a se interessar por se implantar na ZPE do Açu que, eventualmente, concorram com partes relacionadas da Administradora da ZPE.

Parágrafo Décimo: A **ADJUDICATÁRIA** deverá resolver integralmente ou refutar o alegado descumprimento no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Notificação pela **CODIN**, ou em prazo diverso a ser estabelecido pela **CODIN**, caso a caso, em decorrência da complexidade da solução.

Parágrafo Décimo Primeiro: O cumprimento das sanções impostas não exime a **ADJUDICATÁRIA** do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente **Contrato** vigorará a partir da data de sua assinatura pelo prazo de **20 (vinte)** anos, permitida a prorrogação, por uma só vez e, no máximo, por igual período, desde que não caracterize direito subjetivo para a Administradora da ZPE, mediante novo pagamento de Valor Mínimo de Outorga, devidamente atualizado, por decorrência da prorrogação, observadas as disposições do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta deste Contrato, tornando-se válido e eficaz, assim permanecendo enquanto o regime concedido através do Decreto Presidencial S/N de 27 de dezembro de 2017 (publicado no DOU em 28/12/2017) se mantiver em vigor, a menos que seja rescindido observando-se as situações previstas neste **Contrato**.

Parágrafo Primeiro: Na eventual renovação deste contrato incidirão, obrigatoriamente, as disposições da Cláusula Segunda, item II, subitem 19: Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO), no importe de R\$ 10 milhões de reais, no prazo de dez dias a contar da assinatura do contrato, acrescido do Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO), por meio de 20 parcelas anuais, com valores resultantes da divisão da diferença entre o Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO) e o Valor de Outorga pelo número de parcelas;

CLÁUSULA SEXTA – DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

As Partes deverão criar o Comitê de Coordenação e Supervisão com o a finalidade de inspecionar a implementação deste **Contrato** e do **Projeto**, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas. Cada Parte deverá indicar um representante para o Comitê, os quais poderão ser substituídos periodicamente pela Parte indicante, por meio de notificação escrita às outras Partes.

Parágrafo Primeiro: O **ERJ** será responsável por designar uma pessoa da sua estrutura que será responsável por coordenar os esforços de todas as Partes no tocante à implementação bem sucedida do Projeto e o cumprimento ao cronograma de obrigações estabelecidos neste **Contrato**.

Parágrafo Segundo: O Comitê deverá conduzir reuniões mensais, no Município do Rio de Janeiro, ou conforme acordado pelas Partes. As referidas reuniões terão a finalidade de (i) revisar o andamento do Projeto; (ii) discutir eventuais questões controversas que impactem no Cronograma do Projeto; (iii) discutir questões que envolvam otimização de custos em operações logísticas e processos de implantação e gestão do Projeto; (iv) buscar soluções para quaisquer obrigações estabelecidas neste **Contrato**, que não tenham sido completadas, estejam em mora ou tenham sido descumpridas.

Parágrafo Terceiro: Os representantes que poderão estar acompanhados de outros representantes da Parte, necessários à condução da reunião, deverão acordar antecipadamente sobre a agenda destas.

Parágrafo Quarto: As Partes buscarão solucionar prontamente todas as disputas que poderão surgir no âmbito deste **Contrato** e durante as reuniões do Comitê de Coordenação e Supervisão. Caso a disputa não possa ser dirimida pelo Comitê, cada Parte deverá apontar um Executivo Sênior de sua organização para participar em uma reunião presencial no Município do Rio de Janeiro, que deverão se reunir em boa-fé para chegar a um acordo.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Parágrafo Quinto: Caso a disputa não seja dirimida pelo Comitê ou pelos Executivos Seniores, as Partes deverão submeter a disputa ao Poder Judiciário do Município do Rio de Janeiro, nos termos da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo Sexto: Todas as decisões do Comitê deverão ser escritas e assinadas pelos representantes de cada uma das Partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADOÇÃO DA ARBITRAGEM PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

As partes se comprometem a adotar a arbitragem para a solução dos conflitos advindos do presente Contrato, caso não sejam solucionados pelo Comitê de Coordenação e Supervisão, contidos na Cláusula Sexta do presente Contrato, com base em dispositivos aplicáveis à Lei 9.307/1996, e sua posterior alteração realizada pela Lei 13.129/2015.

Parágrafo Único: As partes comprometem-se a submeter os litígios que poderão surgir da relação deste Contrato à arbitragem, consoante a previsão nesta Cláusula Sétima, de acordo com o disposto no artigo 4º da Lei de Arbitragem.

CLÁUSULA OITAVA – DOS SEGUROS

A ADJUDICATÁRIA providenciará, às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento deste CONTRATO e da legislação em vigor, destinados à cobertura dos materiais e equipamentos envolvidos na construção, reforma, ampliação, implantação, manutenção, melhoria da área da ZPE do Açú, bem como, administração, operação, exploração e desenvolvimento da própria ZPE do Açú, através de apólice de seguros, a incluir a cobertura de responsabilidade civil por danos causados a terceiros, considerando a CODIN como cossegurada, os quais deverão permanecer em vigor por todo o período de duração da obra até o efetivo início das operações da ZPE do Açú.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Parágrafo Primeiro: A ADJUDICATÁRIA deverá apresentar à CODIN cópia das apólices contratadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura deste CONTRATO, sob pena de rescisão do CONTRATO.

Parágrafo Segundo: Alternativamente, a ADJUDICATÁRIA poderá apresentar à CODIN o comprovante de pagamento do prêmio, acompanhado de declaração do corretor responsável de que a apólice foi contratada. Nesse caso, a ADJUDICATÁRIA fica responsável pela apresentação da apólice em até 30 (trinta) dias contados do seu recebimento pela seguradora contratada, sob pena de rescisão do CONTRATO.

Parágrafo Terceiro: A ADJUDICATÁRIA obriga-se a manter a CODIN livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza que a ADJUDICATÁRIA tenha sofrido ou tenha causado a terceiros em decorrência deste CONTRATO, independentemente de haver ou não contratado seguro adequado e suficiente para tais circunstâncias.

Parágrafo Quarto: A ADJUDICATÁRIA renuncia por si e obriga-se a obter de seus seguradores e/ou contratadas, em todo e qualquer seguro efetuado e/ou atividade executada em decorrência deste CONTRATO, a renúncia expressa a todo e qualquer direito de sub-rogação contra a CODIN.

Parágrafo Quinto: A ADJUDICATÁRIA obriga-se a, antes da conclusão das atividades relacionadas com a execução deste CONTRATO, reparar quaisquer perdas e/ou danos parciais ocorridos, de modo a satisfazer integralmente as exigências dispostas neste CONTRATO.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Parágrafo Sexto: Caberá à ADJUDICATÁRIA tomar todas as providências cabíveis à pronta realização das vistorias necessárias, em caso de perdas e/ou danos parciais, sem ônus para a CODIN, bem como obter, junto à companhia seguradora ou ao perito por ela credenciado, a pronta autorização para a execução dos reparos.

Parágrafo Sétimo: As franquias mínimas previstas nas apólices de todos os seguros contratados pela ADJUDICATÁRIA para atender a este CONTRATO serão de responsabilidade da ADJUDICATÁRIA.

CLÁUSULA NONA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Partícipes estabelecem, ainda, as seguintes condições:

- a) Todas as comunicações relativas a este **Contrato** deverão ser feitas por escrito e enviadas aos endereços indicados no preâmbulo deste instrumento, reputando-se efetuadas na data de seu recebimento, desde que as correspondências sejam devidamente protocoladas.
- b) O presente **Contrato** não poderá ser alterado ou modificado em nenhuma de suas cláusulas ou condições, salvo mediante acordo por escrito, e por intermédio de termo aditivo.
- c) As alterações de endereços e de número de telefone de quaisquer dos partícipes deverão ser imediatamente comunicadas por escrito.
- d) Este Instrumento obriga os Partícipes e seus sucessores.
- e) No caso de se tornar impossível a realização do objetivo deste **Contrato**, os Partícipes se comprometem em até 30 (trinta) dias, sempre de comum acordo, a encontrar solução local ou qualquer outra possível que se ajuste ao referido objetivo.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- f) Os Partícipes estabelecem que, caso haja qualquer incompatibilidade, discrepância e/ou conflito entre os termos previstos em qualquer um dos anexos destes, e as cláusulas e condições contidas neste instrumento, prevalecerão os termos expressamente dispostos neste instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ENDEREÇO DE COMUNICAÇÃO

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito e serão consideradas válidas com a assinatura da confirmação do recebimento:

Se para a **CODIN**

Diretor-Presidente: Julio Cesar Jorge Andrade

Endereço: Avenida Rio Branco, 110, 34º andar, Centro do Rio de Janeiro – RJ. Cep: 20.040-001

Se para o **ERJ**

Governador do Estado: Cláudio Bomfim de Castro e Silva

Endereço: Palácio da Guanabara, localizado na Rua Pinheiro Machado, s/nº, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ. Cep: 22.238-900

Se para a **ADJUDICATÁRIA**

Diretor(a) Presidente: _____

Endereço: _____

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir qualquer questão, dúvida ou litígio decorrente do presente **Contrato**, as partes elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O presente **Contrato** será publicado, após as devidas assinaturas, em extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Por estarem, assim de acordo quanto ao que se estipula, firmam o presente **Contrato** em 3 (três) vias na presença das testemunhas que também o subscrevem.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

[página 36 destinada à assinatura do CONTRATO para a Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açú, firmado entre as Partes que seguem]

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2022.

**PELO INTERVENIENTE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Cláudio Bomfim de Castro e Silva
Governador do Estado

**PELA OUTORGANTE
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO – CODIN**

Julio Cesar Andrade Jorge
Diretor-Presidente

Diretor - XXXXX

PELA OUTORGADA

Diretor

Testemunhas:

1-

2-